

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

sexta-feira, 17 de Dezembro de 2021 – (241) Pag. 83

PROCESSO: 6018.2021/0077434-6

CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2021-SMS.G

TORNANDO SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO NO DOC/SP

DE 16/12/2021, PÁGINA 102, POR JÁ TER SIDO PUBLICADO NO DOC/SP DE 3/12/2021, PÁGINA 24

PROCESSO: 6018.2021/0077434-6

COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2021-SMS.G

ACORDO ENTRE: Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

COOPERADA: ASSOCIAÇÃO CRUZ AZUL DE SÃO PAULO - HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA

CNPJ: 62.106.505/0001-92

OBJETO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO: Somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde dos usuários SUS do município de São Paulo, com a execução, pela COOPERADA, de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS em conformidade com o definido no PLANO DE TRABALHO, parte integrante deste Acordo.

SEM ÔNUS PARA MUNICIPALIDADE

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 21/12/2021

6018.2021/0077434-6

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 06/2021-SMS. G

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE E ASSOCIAÇÃO CRUZ AZUL DE SÃO PAULO**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante designada por **SECRETARIA** com sede na Rua General Jardim, nº 36, inscrita no CNPJ sob o nº 13.864.377/0001-30, neste ato, representada por seu Secretário **EDSON APARECIDO DOS SANTOS** e do outro lado **ASSOCIAÇÃO CRUZ AZUL DE SÃO PAULO - HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA**, doravante designada **COOPERADA**, associação sem fins econômicos, de caráter beneficente, educativa, com sede na Avenida Lins de Vasconcelos, nº 356, Cambuci, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.106.505/0001-92, neste ato representada pelo Procurador **NELSON GUILHARDUCCI**, portador da Cédula de Identidade nº 18.839.148-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.465.798-40, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, consoante despacho autorizatório exarado à 03 de dezembro de 2021 do presente processo administrativo, publicado no DOC nº231, pág.24, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **Acordo de Cooperação** tem por objeto somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde dos usuários SUS do município de São Paulo, com a execução, pela **COOPERADA**, de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS em conformidade com o definido no PLANO DE TRABALHO, parte integrante deste Acordo.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO ATENDIMENTO

1. Serão disponibilizados a partir de janeiro de 2022 novos pacientes para realização das seguintes cirurgias e exames:

2021	Escoliose	Artrodese de Coluna	Artroplastia de Joelho	Artroplastia de Quadril	Avaliação Urodinâmica
Janeiro	3	2	1	1	18
Fevereiro	3	1	1	1	18
Março	3	2	1	1	18
Abril	3	1	1	1	18
Mai	3	2	1	1	18
Junho	3	1	1	1	18
Julho	3	2	1	1	18
Agosto	3	1	1	1	18
Setembro	3	2	1	1	18
Outubro	3	1	1	1	18
Novembro	3	2	1	1	18
Dezembro	3	1	1	1	18
Total	36	18	12	12	216

1. Em havendo doação e coleta de órgãos, o procedimento e respectivo custo serão considerados para fins deste Termo de Parceria, mediante registros necessários, em especial no CIHA.
2. Os pacientes devem ser encaminhados nos termos do protocolo ajustado, os procedimentos/exames para confirmação diagnóstica e os procedimentos/exames pré-operatórios serão realizados conforme solicitação médica.
3. A quantidade de cirurgias pactuada poderá ser ampliada conforme disponibilidade financeira da parceira.
4. A meta será realizada no período de vigência da presente Parceria.
5. Os pacientes serão assistidos por esta instituição por até 1 (um) ano após a cirurgia, conforme o caso, após este período os pacientes serão encaminhados com relatório médico para Secretaria Municipal de Saúde.



Parágrafo primeiro: O Plano de Trabalho poderá ser ajustado conforme as necessidades, de comum acordo entre as partes, devendo para tanto ser celebrado Termo Aditivo.

Parágrafo segundo: A COOPERADA arcará diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, não havendo ônus financeiro para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO em função do desenvolvimento das atividades objeto deste ACORDO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COOPERADA

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste ACORDO em consonância com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas pela SECRETARIA e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura da COOPERADA, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Dispor de espaço físico, recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste ACORDO.
- Manter cadastro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
- Identificar o paciente por meio do Cartão Nacional de Saúde/CNS.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS/SMS, disponibilizando na agenda do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde – SIGA/SAUDE os procedimentos/atendimentos descritos no PLANO DE TRABALHO, conforme Portaria SMS. G nº 349/2015.
- Manter atualizados os prontuários e o arquivo médico, de acordo com a Legislação vigente dos órgãos competentes.
- Disponibilizar a equipe técnica da SECRETARIA o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Atender as pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços, cumprindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização.



- Seguir as normatizações da SECRETARIA para a implantação da Política de Atenção no Município de São Paulo, para as atividades afins aqui pactuadas e conforme orientação da Área Técnica desta SECRETARIA.
- Estarão sujeitas às exigências de confidencialidade e privacidade da população atendida conforme LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD.
- Justificar aos pacientes ou seus representantes legais as razões técnicas alegadas quando da não realização de qualquer ato profissional previsto nesta parceria.
- Notificar a SECRETARIA por escrito, as razões técnicas quando da não realização de qualquer ato profissional previsto nesta parceria.
- Participar, quando solicitado, com os profissionais da SECRETARIA de reuniões de avaliação das atividades desenvolvidas.
- Registrar no Sistema CIHA – Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial do Ministério da Saúde as informações referentes aos procedimentos realizados conforme previsto no PLANO DE TRABALHO, encaminhando mensalmente em meio eletrônico à SECRETARIA/Divisão de Sistemas de Produção e Cadastro do SUS, conforme o cronograma de entrega estipulado e segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Comunicar de imediato a SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente ACORDO.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades (**ANEXO**) outros, sempre que solicitados pela SECRETARIA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

- Realizar o acompanhamento do presente ACORDO e providenciar as alterações que se fizerem necessárias.
- Realizar treinamento dos profissionais da COOPERADA, quando necessário, para efetivação dos registros das informações de produção no CIHA - – Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial do Ministério da Saúde



- Orientar e viabilizar a capacitação da COOPERADA para o uso correto do Sistema Integrado de gestão de Assistência à Saúde – SIGA/SAUDE.
- Orientar quanto à disponibilização das agendas pela COOPERADA/PARCEIRA no Sistema SIGA/SAUDE para atendimento da demanda reprimida, no referido Sistema.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho da COOPERADA por meio dos dados gerados no Sistema SIGA/SAUDE, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético, ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA- Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial do Ministério da Saúde.
- Receber avaliar e monitorar os dados fornecidos mensalmente pela COOPERADA de acordo com o modelo do **ANEXO**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste ACORDO manterão seus vínculos com a COOPERADA, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da SECRETARIA.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

§ 1º. Para os efeitos desta parceria, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento COOPERADA:

I - membro de seu corpo clínico.

II - profissional que tenha vínculo de emprego com a COOPERADA.

III - profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço a COOPERADA, ou seja, por esta, autorizado a fazê-lo.

§ 2º. Equipara-se a profissional autônomo definido no **item III do §1º**, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva e integral da COOPERADA a utilização de pessoal para execução do objeto desta parceria, incluídos os encargos trabalhistas,

previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SECRETARIA.

- A SECRETARIA não reembolsará a COOPERADA por eventuais custos de ampliação ou de desmobilização de sua equipe técnica, em função da execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA COOPERADA

A COOPERADA será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da SECRETARIA e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais, prepostos, preceptores, alunos, estagiários e supervisores, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

Parágrafo primeiro: A fiscalização e o acompanhamento da execução deste ACORDO por órgãos da SECRETARIA não excluem nem reduzem a responsabilidade da COOPERADA.

Parágrafo segundo: A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo terceiro. A COOPERADA facilitará a SECRETARIA o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive eventual fornecimento de dados médicos de pacientes assistidos pela COOPERADA, especialmente, para o exercício regular de direitos em processo judicial quando a SECRETARIA figura como ré (Fundamento legal: Inciso VI, Art. 7º, LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).



CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A COOPERADA deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste ACORDO, não havendo ônus financeiro para a SECRETARIA em função do desenvolvimento das atividades objeto deste ACORDO.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO

O presente ACORDO será celebrada pelo prazo de 12 meses, contados da data de 21/12/2021 podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses se houver interesse das partes envolvidas.

§ 1º. Qualquer uma das partes, ao longo da vigência da presente parceria, poderá denunciá-la mediante notificação prévia de 60 dias.

§ 2º. Na hipótese de término ou de extinção da presente parceria, a COOPERADA obriga-se a repassar à SECRETARIA todas as informações disponíveis sobre o objeto deste ACORDO.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração na presente parceria será objeto de Termo de Aditamento na forma da legislação vigente e, ainda poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, desde que não contrarie o seu objeto.

CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Restam acordadas entre as partes as seguintes disposições que o presente ACORDO /PARCERIA encontra-se com fundamento legal no Decreto Municipal 57.575/17 e na Lei 13.019/14 para as entidades sem fins lucrativos e Lei Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 e Lei Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 para as entidades privadas lucrativas, ficando eleito o foro de São Paulo para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste.

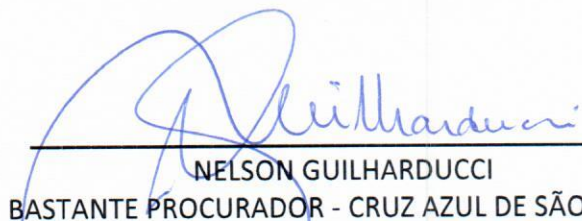
Alterações no presente Termo são possíveis mediante pactuação entre as partes;

Extrato do presente será publicado no Diário Oficial do Município no prazo máximo de 20 dias, contados da data de sua assinatura. E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO em uma 1 (uma) via, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2021 .



EDSON APARECIDO DOS SANTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE




NELSON GUILHARDUCCI
BASTANTE PROCURADOR - CRUZ AZUL DE SÃO PAULO

TESTEMUNHAS



De acordo com o Despacho (SEI 055530986)
SP 07/12/2021
8



Argelina Fumiko Kumikida
Assessoria Jurídica
Nº 634.072-1-00
SMS 6

